

O TRABALHO EM COLETIVOS EDUCADORES: FORMAÇÃO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS POPULARES

Marisa Sartori Vieira [1]
Daniela Cássia Sudan [2]
Andréa Coelho Lastoria [3]
Edna Ferreira Costa do Sim [4]



OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – ISSN: 1982-7784 – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Palavras-chave: Coletivo Educador. Educação Ambiental. Formação Continuada. Coletivo Educador Ipê Roxo. Ribeirão Preto (SP).

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte analítico dos resultados de um projeto de Extensão universitária da USP relacionado à formação de educadores ambientais populares no território de Ribeirão Preto, articulado pelo *Coletivo Educador Ipê Roxo*. A COSEAS e a CCEX apóia este trabalho desde 2007 com a cessão de uma bolsa para a primeira autora deste trabalho (graduanda em Pedagogia na FFCLRP / USP).

A formação de Coletivos Educadores está inserida no bojo do Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), deflagrado em 2005 pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), afim de enraizar a EA em todo o país e educar socioambientalmente todos os brasileiros e brasileiras. O trabalho em Coletivo têm como objetivo geral a reflexão crítica acerca das questões sócio-ambientais por meio do aprofundamento de conceitos e da instrumentalização para a ação, promoção e articulação institucional e de educadores, bem como de colaboração para a elaboração de novas políticas públicas (FERRARO JR, 2005).

Foi estimulada a formação de pelo menos um Coletivo Educador num

território de até 600.000 habitantes, reunindo pessoas e instituições dispostas a juntar esforços para a elaboração e execução de um Projeto Político Pedagógico de formação de educadores ambientais populares (PPP).

No município paulista de Ribeirão Preto existem vários projetos e movimentos populares de Educação ambiental, entretanto, não há uma efetiva articulação entre eles, com isso o referido PPP objetiva potencializar as diversas intervenções locais.

Neste trabalho buscamos refletir sobre quais contribuições o referido projeto poderá trazer para a universidade, para a formação da bolsista envolvida e para a formação de educadores ambientais em Ribeirão Preto.

Desde sua constituição, em 2005, o Coletivo Educador Ipê Roxo desenvolveu várias ações de formação. Dentre elas: eventos integrados na Semana do Meio Ambiente, seminários sobre os sócio-ambientes de Ribeirão Preto, elaboração e apresentação do projeto de formação e fortalecimento dos Coletivos Educadores para o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), participação com reportagens no Fractais – Coleciona / SP – boletim dos Coletivos Educadores do Estado de São Paulo e outras.

Para nossa análise, destacaremos as ações desenvolvidas no período de trabalho da bolsista (também autora deste artigo) – de setembro de 2007 a dezembro de 2008.

Neste período, o Coletivo se deteve em desenvolver um Plano Político Pedagógico de Formação de Educadores/as Ambientais Populares em Ribeirão Preto. Segundo o ProFEA, no Documento Técnico do MMA, n. 8/2006, um PPP é constituído por três marcos: *conceitual* (aprofundamentos teóricos da educação ambiental), *situacional* (mapeamento e diagnóstico dos problemas e conflitos sócio-ambientais do território) e *operacional* (construção de uma agenda de ações de formação de educadores ambientais populares).

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS

A construção do PPP envolveu diversos movimentos do coletivo e da bolsista. Identificamos algumas fases de crescimento e mudanças no processo, especialmente relacionadas às questões do tempo, do fazer coletivo e da participação protagonista.

Num primeiro momento, passamos a estudar vários referenciais da EA emancipatória e do que seria um mapeamento socioambiental.

A atividade de levantamento prévio de informações sobre o território, efetivado pela bolsista, lhe proporcionou uma série de dúvidas: Dentro do universo extenso de dados, quais deviam ser considerados socioambientais, importantes para a construção de um PPP? O que entendíamos por socioambiente?

Estas questões levaram a bolsista e o grupo a uma re-leitura dos referenciais teóricos e a percepção de diferentes conceituações de mapeamento nas áreas da Geografia e da Educação Ambiental.

O caráter do Mapeamento Sócio-ambiental participativo aqui colocado parte das concepções de cada um sobre os espaços ou paisagens que nos circunda, paisagens que englobam o mundo construído e o mundo dado pela natureza (TASSARA, 2006). Segundo Tassara (2006), é natural que existam acordos e desacordos e uma polifonia de visões, dado com que cada um possui experiências e relações únicas com cada lugar. As paisagens vão sendo mudadas com o passar do tempo, portanto, identificar, compreender e descrever os atributos ausentes e os evidentes responsáveis por estas mudanças é de responsabilidade do pesquisador interessado no destacado mapeamento.

Descrever coletivamente, então, uma paisagem significa escolher, de forma participativa, os atributos que melhor a representam, para o coletivo, em função do conjunto de olhares que o mesmo produziu (...) Esta descrição pode ser definida como mapeamento participativo do território (paisagem) ou mapeamento socioambiental participativo. (TASSARA, 2006, p.34)

Os estudos iniciais sobre a EA crítica e emancipatória, sobre o trabalho coletivo, a participação e a consideração dos diferentes saberes e acúmulos dos educadores foi se “fazendo carne” na prática do processo.

Ao mesmo tempo, a construção do PPP demandava do Coletivo muitos encontros e reflexões sobre como organizar este processo de forma participativa e enraizadora, num ritmo diverso daquele esperado pela bolsista e a que estamos acostumados na vida agitada da modernidade. Embora repleto de aprendizagens, representou um período de difícil visualização dos resultados alcançados. Como medir e objetivar este crescimento do grupo em trabalhar coletivamente no território?

O desenvolvimento de um curso para 50 educadores ambientais populares (lideranças) do município, em encontros quinzenais, com o foco no mapeamento sócio-ambiental de Ribeirão Preto, possibilitou que o 2º marco do PPP (Situacional) pudesse ser concretizado, ocasionando assim um processo mais intenso de formação para todos.

Tal mapeamento foi orientado pelo documento *Mínima Aproximação Prévia para a Elaboração de Programas em Educação Ambiental (MAPPEA)/Série Documentos Técnicos do DEA/MMA*, estabelecendo uma analogia com a obra literária “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, abordando três perspectivas: A Terra, o Homem e a Mulher e a Luta. (FERRARO JR, 2006). Tendo por base esses eixos, os participantes do processo formativo levantaram informações, experiências e programas de cunho socioambiental do território de Ribeirão Preto.

Identificamos que alguns aspectos da organização desta ação possibilitaram uma mudança mais protagonista na atuação da estudante universitária, tais como: o “fazer coletivo” de cada etapa das aulas; a avaliação coletiva e processual de cada encontro; o acolhimento; a valorização da história de vida e subjetividade dos participantes no mapeamento socioambiental do território; e por fim a riqueza inspiradora provocada pela analogia literária.

O Diagnóstico dos cenários levantados pelos participantes do curso comporá a segunda etapa do processo e compreenderá um julgamento ético (certo ou errado), político (bom ou ruim) e estético (bonito ou feio) dos espaços usados (TASSARA, 2006). O grupo, ampliado pela participação dos 50 educadores da primeira etapa, tem a intenção de sistematizar as informações e construir um material didático que auxilie os educadores/as populares a pensar criticamente as questões socioambientais locais e a desvelar outras “paisagens” de Ribeirão Preto, além daquelas preponderantes, como “da capital do agronegócio”, “do chope” e dos “shoppings”.

Os educadores ambientais populares são formados ao longo dessa caminhada em um processo reflexivo, em que os sujeitos se apercebem agentes políticos e atores da construção da nossa história.

CONTRIBUIÇÕES

Vivenciar a experiência de participar de um projeto desta amplitude é uma oportunidade singular de poder articular as teorias ou saberes acadêmicos com as reais necessidades da comunidade, ou seja, é um momento em que a construção coletiva do conhecimento acontece em sua prática.

As reuniões quinzenais, pesquisas, leituras, discussões, planejamento e execuções das atividades no Coletivo têm proporcionado aos envolvidos (e em especial para a primeira autora) uma visão crítica, reflexiva, política e mais humana do território. Trabalhar com um grupo de educadores de diversas origens e ideologias possibilita ouvir, partilhar experiências, lidar com divergências consolidando um aparato de saberes essenciais em qualquer área de atuação.

Participar desse processo significa, acima de tudo, aumentar a percepção ambiental, entender e ver-se nas relações sócio-ambientais, constituindo-se em

primeiro momento em um educador ambiental e, depois, multiplicando as vivências e os saberes em uma perspectiva crítica, popular e emancipatória.

Uma educação torna-se mais crítica quando se aprende a olhar o mundo, compreender os cenários e refletir sobre qual sociedade almejamos. Uma Educação Ambiental é popular e emancipatória quando considera todos os sujeitos como os responsáveis pelas transformações sociais. As atividades propostas só acontecem quando de fato há participação direta de todos os agentes, sem exclusões, pois tal processo educativo é também um ato político para a formação de um cidadão mais consciente de seu papel social dentro das diversas instâncias sociais.

A construção deste tipo de conhecimento ou processo vivido tem tocado sentimentos e emoções que por sua vez são responsáveis por mudanças de atitudes e comportamentos e, conseqüentemente, por posturas mais cientes e menos mecânicas.

Enfim, conhecer o trabalho do Coletivo Educador é uma possibilidade de compreender como se constituem as relações sócio-ambientais e desenvolver experiências extracurriculares realmente significativas neste campo.

REFERÊNCIAS

FERRARO JR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

_____. Mínima Aproximação Prévia para Elaboração de Programas de Educação Ambiental. **Documento Técnico nº 15: Mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativos no socioambiente**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2006.

_____. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Departamento de Educação Ambiental. **Documento Técnico nº 8: Programa nacional de formação de educadoras(es) ambientais.** Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2006.

TASSARA, E. T. de O.; ARDANS, O. Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Campo Socioambiental. **Documento Técnico nº 15: Mapeamentos, diagnósticos e intervenções participativos no socioambiente.** Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2006.

Informações sobre as autoras:

[1] Marisa Sartori Vieira - FFCLRP / USP
Graduanda do curso de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (SP).

Contato: marisasvieira@gmail.com

[2] Daniela Cássia Sudan
Educadora do Programa USP Recicla / Agencia USP de Inovação
Universidade de São Paulo – campus USP de Ribeirão Preto

<http://lattes.cnpq.br/3863004014765353>

Contato: danisudan@usp.br

[3] Andréa Coelho Lastoria – <http://lattes.cnpq.br/6592011271248846>
Professora Doutora da Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (SP). Coordena o grupo de pesquisa "Estudo da Localidade de Ribeirão Preto - ELO". Membro diretor do Fórum Iberoamericano de Educação, Geografia e Sociedade - Geoforo.

Contato: lastoria@ffclrp.usp.br

[4] Edna Ferreira Costa do Sim
Membro do Grupo de Estudos - Gira Recicla / Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto (SP).

Contato: ednacosta@gmail.com